

# Preço e a justiça na troca em Aristóteles

## Price and justice in exchange in Aristotle

Mário Motta Máximo

<https://orcid.org/0000-0003-4538-4477> – E-mail: mariomottamaximo@gmail.com

### RESUMO

Nas últimas décadas, é possível observar um crescente interesse nas contribuições do pensamento moral e político aristotélico para o fenômeno econômico. Alguns pesquisadores buscaram demonstrar que as teorias dos preços modernas possuem origem no *corpus aristotelicum*. Nesse caso, Aristóteles já foi visto como pai da teoria do valor trabalho (Gordon, 1964); da teoria do valor baseada na demanda (Soudek, 1952); e de nenhuma das duas (Meikle, 1995). Outros pesquisadores afirmam encontrar em Aristóteles considerações teóricas que auxiliam na reformulação de nossa própria visão econômica (Sen, 1987). Esse artigo se insere em ambos os esforços. A nossa tese é que, em Aristóteles, os preços estão vinculados à reciprocidade e à amizade da comunidade política. Como a ciência econômica moderna ignora esse fundamento, ela acaba por confundir os meios com os fins da troca. Desse modo, o artigo procura contribuir para reavivar o devido lugar da justiça no debate econômico.

**Palavras-Chave:** Aristóteles. Comensurabilidade. Troca. Trabalho e utilidade.

### ABSTRACT

Over the last decades, it is possible to observe a growing interest in the contributions of Aristotelian moral and political thought to the economic phenomenon. Some researchers tried to demonstrate that the modern price theories originate from the *corpus aristotelicum*. In this line of investigation, Aristotle has already been seen as the father of labor theory of value (Gordon, 1964); the demand-based theory of value (Soudek, 1952); and neither (Meikle, 1995). Other researchers claim to find theoretical insights in Aristotle that help to reshape our own economic vision (Sen, 1987). This article is part of both efforts. I present the following

thesis: in Aristotle, prices are linked to the reciprocity and friendship of the political community. Modern economic science ignores this foundation and, as a result, it confuses the means with the ends of exchange. Thus, the article seeks to facilitate the revival of justice talk in the economic debate.

**Keywords:** Aristotle. Commensurability. Exchange. Labor and utility.

## Introdução

Normalmente, a obra de Aristóteles é associada aos temas tradicionais da filosofia: a metafísica, a lógica, a ética etc. O legado de Aristóteles não é usualmente invocado quando o assunto é de natureza econômica: a produção, a troca e o consumo. Quando o tema é a economia, a opinião dominante parece ser a do historiador e economista Schumpeter, que chegou as seguintes conclusões a respeito da obra aristotélica: "(...) decoroso, pedestre, levemente medíocre e não muito mais do que um senso comum levemente pomposo. (...) Por mais importante que tudo isso tenha sido para ele [Aristóteles] e, por mais de 2000 mil anos, para todos os seus leitores, não nos diz respeito em absoluto." (SCHUMPETER, 1954, p. 54)<sup>1</sup>. Contudo, movimentos recentes demonstram o quanto infeliz é esse comentário de Schumpeter. Uma série crescente de autores encontra em Aristóteles uma análise econômica profunda. Além disso, a obra de Aristóteles é vista como um caminho para alargar e enriquecer as nossas próprias reflexões modernas, principalmente no que diz respeito ao escopo e à finalidade da ciência econômica.<sup>2</sup>

O objetivo deste trabalho é discutir as interpretações do pensamento econômico aristotélico, ainda pouco presentes no debate brasileiro. No centro das contribuições aristotélicas ao tema está a sua noção de justiça distributiva, em especial, quanto a formação dos preços das mercadorias. Em Aristóteles, a troca e a justa distribuição são fundamentos da comunidade política, porque delas depende a sua própria condição de existência: a autonomia material. Dessa maneira, investigo abaixo a formação de preços em Aristóteles à luz de duas teorias econômicas consolidadas, a teoria do valor trabalho e a teoria do valor utilidade. Esse expediente pretende demonstrar que Aristóteles não deve ser entendido como predecessor de nenhuma das duas teorias, como frequentemente se supõe, e que, na verdade, a sua interpretação do fenômeno da troca envolve uma forte noção de amizade e reciprocidade.

## O mecanismo da troca em Aristóteles

A troca de mercadorias, tão comum no nosso dia-a-dia, introduz um elemento surpreendente aos objetos, quando observamos com maior cuidado esse mecanismo. Com a existência da troca, os objetos passam a ter uma duplicidade de funções. Ao invés de servirem à finalidade para a qual foram produzidos, eles passam a funcionar como meio de obtenção de outros objetos. Não há dúvida de que Aristóteles foi um precursor na distinção conceitual entre essas duas funções:

<sup>1</sup> Eu mesmo traduzi para o português todas as passagens citadas neste artigo, com exceção das obras de Aristóteles. No caso da *Ética a Nicômaco (EN)*, utilizo a tradução de Marco Zingano e, para *A Política (Pol)*, faço proveito da tradução de Antônio Campelo Amaral e Carlos Gomes.

<sup>2</sup> Como exemplo desse interesse é possível citar a publicação, apenas nos últimos anos, de três títulos que tratam diretamente dos temas econômicos em Aristóteles e que foram fundamentais na elaboração deste artigo: *A re-assessment of Aristotle's economic thought* (CRESCO, 2014); *Virtue and Economy* (BIELSKIS e KNIGHT, 2016); *Aristotle Critique of Political Economy* (GALLAGHER, 2018).

Começemos a discussão deste assunto da seguinte maneira: tudo o que possuímos tem um duplo uso, mas não no mesmo sentido; um dos usos é adequado ao objeto, o outro não. Por exemplo, uma sandália tem dois modos de uso: como calçado e como objeto de troca. Ambos são modos de utilização da sandália; aquele que troca uma sandália por dinheiro ou alimento com alguém que dela necessita, faz uso da sandália como sandália, mas não faz o uso próprio da coisa; é que esta não existe para ser trocada. (Pol. I.9 1257a5–15)

É importante destacar que Aristóteles utiliza esta diferença entre o uso e o meio de troca para afirmar a superioridade do uso. Não que a troca negue a natureza do objeto, mas em sua escala ontológica, o uso é a função mais própria. Assim, é possível dizer que o consumo é a *finalidade* do objeto, enquanto a troca é uma instância secundária. Essa prioridade do uso é algo frequentemente ignorado pela análise econômica moderna, que comete o erro lógico de tratar dos meios sem fazer referência aos fins<sup>3</sup>. A análise dos objetos como meios de troca exige que estes tenham um fim estabelecido para além da troca – o uso, como observou Aristóteles.

Como não poderia deixar de ser, a partir dessa ênfase no uso, a troca de objetos tão distintos gera um certo espanto. Afinal, como dois objetos de naturezas tão diferentes – como uma casa e uma cama, para utilizar o mesmo exemplo de Aristóteles – podem ser igualados? Pois é exatamente isso que a troca faz, iguala objetos de naturezas distintas. Aristóteles conclui, portanto, que, se há troca entre A e B, é porque há algo que os homogeniza, que os torna parte da mesma escala, que os comensura: “Com efeito, não se gera uma associação entre dois médicos, mas entre um médico e um agricultor e, em geral, entre pessoas distintas e não iguais – mas se deve igualá-los. Por isso todas as coisas de que há troca devem ser de algum modo comensuráveis.” (EN V.8 1133a16–20).

Assim, é possível afirmar, junto com Marx (1867, p. 81), que Aristóteles foi o primeiro a analisar a forma do valor. Não apenas porque percebe a necessidade de algo que explique a comensurabilidade entre dois objetos distintos, mas também porque se dá conta de que essa igualdade não pode ser elucidada pela moeda. O dinheiro é apenas a representação da substância que de fato confere a igualdade entre as mercadorias. A moeda é apenas um facilitador, um meio, uma ferramenta que convenciamos<sup>4</sup> para tornar as trocas mais ágeis: “E é por esta razão que ganhou este nome, moeda (νόμισμα), porque não existe por natureza, mas por convenção (νόμος) e está em nosso poder mudá-la e torná-la sem valor.” (EN V.8 1133a30–32).

Desse modo, Aristóteles se depara com um problema: por um lado, percebe a necessidade da existência de uma substância que iguale A e B, os objetos de troca, e, por outro lado, rejeita a moeda como tal substância, dado que esta é apenas uma convenção que facilita (e não explica) as trocas. Como Aristóteles resolve esse problema? Aqui há divergência entre os historiadores do pensamento. Uma leitura possível é conectar Aristóteles com os desenvolvimentos posteriores da tradição escolástica medieval<sup>5</sup> quanto à formulação de uma teoria do valor baseada nos custos, isto é, explicar a comensurabilidade dos objetos de troca por meio do esforço necessário na produção de cada um. Isso significa que A é trocado por B na proporção do quanto custoso é produzir A em relação a B. O elemento comum que explica a troca é, nessa perspectiva, o fato de que tanto A quanto B são frutos do esforço de produção humano. Este princípio

<sup>3</sup> Esse erro formal da ciência econômica está bem documentado na literatura. Ver, por exemplo, Sen (1987).

<sup>4</sup> Não há aqui a ambiguidade frequente da palavra “convenção”: um acordo deliberado ou um acordo implícito. A expressão utilizada por Aristóteles para descrever o estabelecimento da convenção é *ἐξ υποθέσεως*, que possui sentido de um estabelecimento formal, explicitamente combinado. Ver Peacock (2016).

<sup>5</sup> Alberto, o Grande (1200–1280) é o primeiro dos doutores escolásticos a introduzir explicitamente fatores de custos e trabalho na determinação do valor, no contexto da recepção e compreensão da obra aristotélica. Alberto é seguido por Tomás de Aquino (e muitos outros) na elaboração da teoria que ficou conhecida como “preço justo”. Esta conexão está bem documentada em Langholm (1979).

viria a se tornar a teoria do valor trabalho com a economia política, de Smith a Marx. Na próxima seção, nós vamos investigar se a troca pode ser entendida nesses termos e quais são as contribuições de Aristóteles ao problema.

## Valor trabalho em Aristóteles

Nessa visão, Aristóteles seria um precursor da teoria do valor baseada nos custos porque afirma que a relação de troca entre o sapato e o trigo é uma relação entre o sapateiro e o agricultor, ou seja, entre a produção do sapato e a produção do trigo: “Haverá então reciprocidade quando os termos estão igualados, de sorte que o que precisamente o agricultor é para o sapateiro, o produto do sapateiro é para o produto do agricultor.” (EN V.8 1133a33–35)<sup>6</sup>. Aristóteles não afirma diretamente que essa igualdade se dá em termos de custos ou em tempo de trabalho, mas, ao vinculá-la ao produto, torna essa uma leitura possível. Trata-se de uma igualdade entre duas proporções. Do lado esquerdo da igualdade, há uma razão entre os produtores, no exemplo, o agricultor e o sapateiro. Do lado direito da igualdade, há uma razão entre os produtos trocados, no exemplo, o trigo e o sapato. Gordon (1964, p.122) utiliza a lúcida explicação do helenista WD Ross<sup>7</sup> para argumentar a favor dessa interpretação:

O raciocínio da “reciprocidade proporcional” não é claramente descrito por Aristóteles, mas parece ser como se segue: A e B são trabalhadores em diferentes mercados, e terão diferentes graus de merecimento. Seus produtos, portanto, também terão diferentes méritos (apesar de Aristóteles não os reduzir expressamente a uma questão de tempo). Assim, se  $A = nB$ , C (o que A produz, digamos, em uma hora) valerá  $n$  vezes o valor de D (o que B produz em uma hora). Uma troca justa ocorrerá, então, se A recebe  $nD$  e B recebe  $1C$ ; isto é, se A oferece o que produziu em uma hora, recebe em troca o que B produziu em  $n$  horas.

Mais recentemente, Danzig (2000) defendeu uma posição similar, ao afirmar que Aristóteles faz referência, mesmo que não explicitamente, aos custos de produção. No entanto, a tentativa de encontrar a teoria do valor trabalho em Aristóteles sempre enfrentou resistência, justamente por ser necessário “inferir” certos elementos que não estão diretamente presentes na obra do filósofo. A passagem “o agricultor é para o sapateiro” sugere que há algo nas características produtivas, como se Aristóteles vislumbrasse a importância do trabalho. Entretanto, de posse de um olhar cético, não é possível enxergar a teoria do valor trabalho. Marx (1867, p. 81–82) notoriamente afirma que faltou pouco para Aristóteles alcançar esta teoria e só não o fez devido a limitações históricas – a sociedade grega escravocrata não lhe permitia enxergar a igualdade essencial entre os trabalhos humanos. Assim, a narrativa histórica que coloca Aristóteles como precursor da economia política, no âmbito do valor, estará sempre sujeita à crítica de importar *demasiadamente* os desenvolvimentos teóricos posteriores ao pensamento do filósofo. Nas palavras de Moses Finley (1970, p. 10–11): “Aristóteles nem uma vez se refere aos custos do trabalho ou aos custos de produção. Os teólogos medievais foram os primeiros a introduzir essa consideração à discussão, com a fundação da *sua* doutrina do preço justo, e o seu alegado aristotelismo nesse assunto resulta de uma ambiguidade das traduções disponíveis no século treze.”

<sup>6</sup> A palavra que Aristóteles utiliza para estabelecer a igualdade é *εργον*, que se traduz, com dificuldade, como “função”, “tarefa”, “ocupação”, ou mesmo, “trabalho”. Esse sentido de *εργον* é importante para estabelecer a conexão desta passagem com a teoria do valor trabalho.

<sup>7</sup> Outro importante helenista que segue o mesmo caminho de Ross e afirma que Aristóteles desenvolve algo próximo de uma teoria do valor trabalho é W.F.R. Hardie (1968, p. 196).

## Valor utilidade em Aristóteles

A leitura concorrente é enxergar a teoria do valor utilidade na análise econômica de Aristóteles, e não a teoria dos custos de produção. Retornemos ao problema para entender essa narrativa alternativa. Aristóteles distingue claramente as categorias de valor de uso e valor de troca e se depara com o desafio de explicar como objetos de natureza tão distinta são equiparados *quantitativamente* no ato da troca. O filósofo afirma, em diversas oportunidades, que a necessidade está na base da troca, dado que a finalidade do processo é o consumo: “Que a necessidade conecta como algo que é uno, fica evidente pelo fato que, quando um não tem necessidade do outro, ou os dois ou um dos dois, não fazem trocas, como quando alguém necessita daquilo que ele possui, por exemplo: de vinho, lhe sendo dada a autorização para exportação de trigo.” (EN V.8 1133b5–10).

A moeda por vezes figura como um adiamento deste consumo, mas o fim para o qual a troca se destina continua a ser o uso das mercadorias. Em outras palavras, a inserção da moeda não altera a natureza do fenômeno: “Em favor de uma troca futura, se não precisa de nada agora, a moeda, porque haverá algo de que se necessita, é para nós como que uma garantia, pois deve ser possível a quem a aporta obter a mercadoria.” (EN V.8 1133b10–12). Alguns intérpretes leem essas passagens como uma tentativa de Aristóteles de explicar os termos de troca como uma proporção das demandas envolvidas, sendo a moeda um representante da demanda em geral. Segundo esta visão, Aristóteles percebe que, por mais que os objetos de troca sejam diferentes, ambos atendem a demandas individuais e, portanto, a comensurabilidade entre eles pode ser encontrada numa relação entre as diversas demandas. Em outras palavras, Aristóteles teria concluído que o valor de troca é eminentemente subjetivo: depende da interação entre os desejos humanos e a disponibilidade dos objetos que possam atendê-los.

Soudek (1952, p. 64) afirma que a teoria das trocas de Aristóteles pode ser vista como uma teoria da utilidade anterior à formalização do cálculo diferencial, na linha dos economistas franceses do século XIX: Condillac, Turgot e Say. Segundo Soudek, por mais que Aristóteles não utilize o arcabouço matemático do cálculo diferencial (marginalismo), sua teoria do valor é baseada na relação desejo–satisfação. Assim, a proporção entre casas e sapatos é determinada pelo desejo que os indivíduos possuem por casas e por sapatos, o que por sua vez também determina o valor do trabalho do arquiteto e do trabalho do sapateiro. Mais recentemente<sup>8</sup>, Sturdy (2012, p. 18) afirma: “Aristóteles aponta o caminho a ser seguido: como a demanda é a fundação da troca, a demanda também deve ser a fundação da medida pela qual nós comparamos as mercadorias a serem trocadas.”

Entretanto, essa interpretação de Aristóteles sustenta-se num grave erro conceitual. Como mostraram Meikle (1995) e Miller (1998), o termo utilizado por Aristóteles nas passagens analisadas acima é *χρεία*, que não deve ser entendido como “demanda”, e sim como “necessidade”. Isto significa que o termo não possui o sentido subjetivo que os economistas em geral atribuem às suas funções de demanda. Não carrega também a lógica de desejos genéricos em busca de satisfação. Ao contrário, a tradução de *χρεία* como “necessidade” indica uma noção muito mais objetiva, na direção de “carência”, e não “desejo”. O erro é grave porque toda a filosofia moral aristotélica está orientada por uma ideia de bem que exige a prática e o aperfeiçoamento constante daquilo que é próprio ao homem, e não pelo atendimento de desejos fugazes. Aristóteles, como discípulo de Platão, é crítico contundente da instabilidade gerada por

<sup>8</sup> Autores da Escola Austríaca de Economia por vezes buscam identificar Aristóteles como pai de sua própria versão da teoria do valor baseada em mecanismos de desejo–satisfação. Ver, por exemplo, Rothbard (1995, p. 15–18).

esta lógica: ao atender um desejo somos logo impelidos a outro, num eterno ciclo de insatisfações. Como afirma Meikle (1995, p. 190), ler a teoria utilitarista na análise aristotélica do valor de troca é contrabandear conceitos de Hume estranhos ao filósofo grego.

Não é razoável, portanto, encontrar a teoria do valor utilidade em Aristóteles. Meikle (1995), talvez a maior autoridade quando se trata da análise econômica em Aristóteles e que também não o enxergava como precursor da teoria do valor trabalho, conclui que não há propriamente um conceito de “valor” no filósofo<sup>9</sup>. Isto quer dizer que não há substância que seja responsável pela comensurabilidade de valores de uso distintos e que possa explicar, digamos, metafisicamente, a troca. O próprio Aristóteles parece confirmar essa leitura quando, no final da sua investigação sobre o mercado na *Ética*, declara ser “impossível que coisas a tal ponto diferentes se tornem comensuráveis” (EN V.8 1133b19–20). A expressão que Aristóteles utiliza é contundente: ἀδύνατον (impossível). Assim, para Aristóteles não há como objetos de naturezas distintas se tornarem *de fato* equivalentes. Toda troca é uma espécie de negação do valor de uso – um impedimento da fruição da verdadeira natureza do objeto: o consumo.

### ***Uma outra leitura aristotélica para a troca***

Se concluirmos que Aristóteles não possui uma teoria do valor<sup>10</sup>, é preciso avaliar qual é a solução que ele ofereceu ao problema. Considero um erro afirmar, como o fazem notadamente Polanyi (1957) e Finley (1970), que Aristóteles não estava interessado em resolver o problema da comensurabilidade. Parece-me que a proporção quantitativa<sup>11</sup> orienta toda a discussão em EN V.8, a ponto de Aristóteles encerrar o tópico apresentando um exemplo daquilo que ele procurava: um termo de troca entre os objetos, no caso, 5 camas é igual a 1 casa (EN V.8 1133b24–25). Julgo estranho que o filósofo finalize a sua reflexão sobre as trocas apresentando uma proporção específica, se esta não fosse justamente o objetivo da discussão. Logo, a interpretação desta importante passagem deve envolver uma solução para o problema da comensurabilidade.

Penso que a solução do problema envolve dois níveis de análise, que em alguma medida se contradizem (o que explica a dificuldade da questão). O primeiro nível, o de maior significado, é o nível da natureza, ou ainda, da realidade enquanto tal. Nesse aspecto, os objetos são sempre incomensuráveis e o que existe é o valor de uso. A troca é estranha nesse nível. Aí, há apenas a necessidade (não como demanda subjetiva, como vimos, mas como restauração de um estado autárquico), e, por esta razão, o valor de uso é o fundamental. Assim, o sapato é para calçar, a casa para morar, a comida para comer, etc. Entretanto, Aristóteles é realista o suficiente para reconhecer que esse nível de atendimento das necessidades humanas não funciona por completo. É por natureza também a existência do excesso e da falta, da abundância e da carência.

Em *A Política* I.2, Aristóteles afirma que as comunidades (κοινωνία) da família e do vilarejo se formam para atender essas necessidades materiais. Assim, mesmo nesse primeiro nível, da natureza, existe a necessidade da troca e da associação. Porém, é preciso sublinhar que a orientação desse primeiro nível é o restabelecimento da autossuficiência, ou seja, o atendi-

<sup>9</sup> Marx chega à mesma conclusão em *O Capital* quando afirma que Aristóteles desistiu de prosseguir com a investigação do valor (1867, p. 81).

<sup>10</sup> Este é um ponto ainda controverso na literatura de interpretação da análise econômica de Aristóteles. Para uma tentativa recente de apresentar no filósofo uma outra teoria do valor, uma que não seja nem precursora da teoria do valor trabalho nem da teoria do valor utilidade, ver Gallagher (2018).

<sup>11</sup> Alguns autores enxergam nesse ponto uma influência da tradição pitagórica no pensamento de Aristóteles. Finley (1970), por exemplo, reconstrói a cadeia de influências na sua nota nove. O próprio Aristóteles menciona os pitagóricos no início de EN V.8.

mento das necessidades. É por isso que Aristóteles afirma que é a necessidade a base da troca e, sem ela, não haveria associação. A questão é que para a troca ser executada na prática é preciso que haja uma proporção e, portanto, é preciso comensurar objetos de naturezas distintas, o que é impossível. Assim, entra-se num segundo nível de análise, um nível onde predominam a convenção e o arbítrio. Os seres humanos combinam proporções de troca para resolver um problema prático. Isso não significa que a troca seja em si uma convenção, ao contrário, a troca é da própria natureza, dada a exigência de atendimento das necessidades materiais e as diversas deficiências e excessos distribuídos pela comunidade. O que é uma convenção é a proporção que se estabelece na troca.

É por isso que Aristóteles insiste que a comensuração é impossível, mas que “relativamente à necessidade é possível que se tornem adequadamente comensuráveis” (EN V.8 1133b20–21). A comensuração não é estritamente verdadeira (primeiro nível), mas é adequada (segundo nível). Como em diversos outros pontos da filosofia aristotélica, a boa convenção é aquela que, em vez de se opor à natureza, fundamenta-se nela. É por esta razão que Aristóteles diz que a unidade de comensuração é “estipulada” e a conecta com a moeda, símbolo de um acordo na comunidade: “Por esta razão esta unidade se chama moeda (νόμισμα), pois ela torna todas as coisas comensuráveis; com efeito, tudo é medido pela moeda.” (EN V.8 1133b22–24).

Retornemos ao exemplo da casa, da cama e da proporção entre ambas, e vejamos como essa leitura se aplica. Primeiro, a troca de uma pela outra, ou de uma das duas por moeda, ocorre estritamente para atender as necessidades de uso (imediatos, no caso da troca direta, ou futuros, no caso monetário). Segundo, os termos de troca são determinados pela comunidade visando responder às privações envolvidas. Dito de outra forma, a comunidade arbitra proporções que, por um lado, atendam as carências das partes e, por outro lado, mantenham a coesão do todo. O preço é um compromisso da vida prática que precisa respeitar dois critérios: o equilíbrio da comunidade como um todo e a nutrição, em sentido amplo, dos particulares. É importante sublinhar que, para Aristóteles, a cidade (πόλις) não se confunde com uma associação comercial e, portanto, envolve necessariamente laços de afetividade (φιλία) (Pol. III.9 1280b30–40). Se fosse apenas uma liga mercantil, a cidade não teria preocupação de estabelecer a justiça na troca de mercadorias e o preço seria completamente arbitrário, a depender somente das circunstâncias envolvidas. Porém, a troca ocorre dentro de uma determinada comunidade, o que significa que seus membros estão preocupados com a harmonia (ὁμόνοια) de suas relações e possuem uma amizade cívica uns pelos outros. Os preços são, desse modo, convenções, mas que podem ser arbitradas por cidadãos justos, que buscam restabelecer a autarquia dos indivíduos e que evitam o nascimento do dissenso no corpo político (στάσις)<sup>12</sup>.

Os preços não são conhecidos cientificamente. Esse é um erro capital da ciência econômica moderna, que imagina o mecanismo de mercado como algo do nível da natureza, independente da vontade dos homens. A economia científica teoriza que, com a expansão dos mercados e com o arcabouço jurídico que protege a competição, é possível conhecer o comportamento geral dos preços, mesmo que não sejamos capazes de saber o resultado de transações particulares. Entretanto, como adverte Aristóteles, isso é querer transformar a política em acordos comerciais, quando, na verdade, é a política que confere o sentido de nossa vida coletiva e, desse

<sup>12</sup> Devo muito desta análise à Polanyi (1957). Penso, entretanto, que Polanyi erra ao confinar a teoria econômica de Aristóteles à troca direta (escambo), na qual a autarquia pode ser imediatamente restabelecida. Como tento demonstrar, a introdução da moeda e a alocação temporal de necessidades, expressamente discutidas por Aristóteles, permitem uma análise do mecanismo de mercado enquanto tal. Em outras palavras, a passagem de uma economia simples para uma economia monetária não altera necessariamente a direção e a proporção das trocas, que podem continuar se fundamentando na carência e na reciprocidade e, portanto, em respeito à ordem ontológica defendida por Aristóteles.

modo, não pode ser substituída por um ingresso num clube de negócios. É por isso que a ciência econômica moderna é forçada a cometer o erro que nós mencionamos no início da nossa investigação: estudar os meios ignorando os fins. Caso contrário, ela seria corretamente obrigada a submeter a discussão dos preços ao propósito da atividade comercial, como faz Aristóteles, e isso exigiria a análise de quão saudáveis são os laços políticos que nos unem. Desse modo, ao corrigir o engano da economia científica, podemos descrever a troca da seguinte maneira: os preços, por não pertencerem ao que é da natureza, devem ser avaliados como justos ou injustos e são sinais do grau de reciprocidade prevalente na comunidade. A finalidade do instrumento mercado é atender mutuamente as necessidades objetivas humanas, numa proporção considerada adequada pela comunidade e que preserve a harmonia de seus integrantes.

## Considerações finais

Este trabalho avalia o problema da comensurabilidade das mercadorias (preço) a partir das contribuições de Aristóteles. As respostas à questão da formação dos preços foram organizadas em dois grupos: um baseado no trabalho (ou esforço de produção) e outro baseado na demanda subjetiva (ou desejo). A conclusão é que Aristóteles não pode ser visto como precursor de nenhuma das duas teorias, por mais que algumas de suas distinções conceituais (como a dualidade valor de uso e valor de troca) estejam presentes no léxico dessas explicações. Essa negação, porém, não é uma limitação da teoria aristotélica, como pensava Marx, que acusa o filósofo de não solucionar o problema da comensurabilidade devido às especificidades de seu momento histórico. Ao contrário, a não comensurabilidade aristotélica é o resultado inegociável de sua metafísica baseada no uso. Assim, Aristóteles afirma que a troca envolve necessariamente um arbítrio, uma convenção, que não se opõe à natureza, mas também não é parte integral dela.

Esse argumento sobre o caráter recíproco da troca pode parecer deslocado das preocupações econômicas contemporâneas. Alguém poderia afirmar que se trata de um problema exclusivo da história do pensamento, isto é, limita-se a entender as reflexões econômicas aristotélicas por elas mesmas. Contudo, não se trata apenas disso. Aristóteles oferece uma série de elementos importantes para uma crítica à organização econômica atual e à teoria que a acompanha, em especial quanto à confusão entre os “meios” e os “fins” do processo produtivo. O problema não é somente que os economistas enxergam-se como engenheiros e acreditam poder estudar o problema da troca apartado de preocupações sobre a justiça. A dificuldade maior é a perda da amizade política que caracteriza uma comunidade e a substituição desta por uma sociedade mercantil.

Numa sociedade mercantil, a justiça só pode assumir duas formas: ou ela é resultado de movimentos conjunturais de oferta e demanda ou ela é vista como o atendimento de direitos ligados à vida humana. Os dois casos deslocam a justiça de seu campo legítimo, que é a política. O primeiro move a justiça para o campo comercial: justa é a alocação que distribui os recursos de acordo com aquilo que as pessoas estão dispostas a pagar. O segundo move a justiça para o campo jurídico: justa é a alocação que garante que determinados direitos sejam atendidos. No debate contemporâneo, essas duas visões frequentemente se contrapõem. Todavia, a interpretação aristotélica para o problema da comensurabilidade aponta em outra direção: a justiça distributiva é uma decisão política e precisa estar ancorada firmemente em laços de amizade e reciprocidade. Esses laços estão completamente ausentes das instituições modernas, que buscam fundamentar a justiça distributiva em aspectos comerciais ou formais.



## Referências

- ARISTÓTELES. *Ethica Nicomachea*. V 1 – 15: Tratado da Justiça. Tradução, notas e comentários de Marco Zingano. São Paulo: Odysseus Editora, 2017.
- ARISTÓTELES. *Política*. Tradução e notas de Antônio Campelo Amaral e Carlos de Carvalho Gomes. Lisboa: Vega Editora, 1998.
- BIELSKIS, A.; KNIGHT, K. (Eds.). *Virtue and Economy: Essays on Morality and Markets*. London: Routledge, 2016.
- CRESPO, R. *A Re-Assessment of Aristotle's Economic Thought*. New York: Routledge, 2014.
- DANZIG, G. The political character of Aristotelian Reciprocity. *Classical Philology*, v. 95, n. 4, 2000, pp. 399–424.
- FINLEY, M. Aristotle and Economic Analysis. *Past & Present*, n. 47, 1970, pp. 3–25.
- GALLAGHER, R. *Aristotle's Critique of Political Economy with a contemporary application*. New York: Routledge, 2018.
- GORDON, B. Aristotle and the Development of Value Theory. *The Quarterly Journal of Economics*, v. 78, n. 1, 1964, pp. 115–128.
- HARDIE, W. *Aristotle's Ethical Theory*. Oxford: Oxford University Press, 1968.
- LANGHOLM, O. *Price and Value in the Aristotelian Tradition: A Study in Scholastic Economic Sources*. Oxford: Oxford University Press, 1979.
- MARX, K. *O Capital: Crítica da Economia Política*. Livro I: O processo de produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2013 (1867).
- MEIKLE, S. *Aristotle's Economic Thought*. Oxford: Oxford University Press, 1995.
- MILLER, F. Was Aristotle the first economist? *Apeiron*, v. 31, n. 4, pp. 387–398, 1998.
- PEACOCK, M. Aristotle on justice in exchange: commensurability by fiat. *The Journal of Philosophical Economics*, v. 10, n. 1, 2016, pp. 5–27.
- POLANYI, K. Aristotle Discovers the Economy. In: POLANYI, K.; ARENSBERG, C.; PEARSON, H. (eds.). *Trade and Market in the Early Empires: Economy in History and Theory*. Glencoe: The Free Press, 1957, pp. 64–94.
- ROTHBARD, M. *Economic Thought Before Adam Smith: An Austrian Perspective on the History of Economic Thought*. Volume I. Auburn: Ludwig Von Mises Institute, 1995.
- SCHUMPETER, J. *History of Economic Analysis*. Taylor & Francis e-Library, Routledge, 2006 (1954).
- SEN, A. *On Ethics and Economics*. Oxford: Blackwell Publishing, 1987.
- SOUDEK, J. Aristotle's Theory of Exchange: An Inquiry into the Origin of Economic Analysis. *Proceedings of the American Philosophical Society*, v. 96, n. 1, pp. 45–75, 1952.
- STURDY, I. *Aristotle's theory of just exchange*. Tese (Doutorado em Filosofia). Washington and Lee University, Department of Philosophy. Lexington, pp. 33, 2012.

**Sobre o autor**

**Mário Motta Máximo**

Professor Adjunto do Departamento de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Filosofia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Pós-Doutor em Filosofia pelo PPGFIL-UFRRJ.

Recebido em: 02/09/2020.  
Aprovado em: 16/11/2020.

Received: 02/09/2020.  
Approved: 16/11/2020.